

**Análise conjectural da crise venezuelana:  
um estudo pós-Maduro<sup>(\*)</sup>**

**Conjectural analysis of the venezuelan crisis:  
a post-Maduro study**

**Análisis conjetural de la crisis venezolana:  
un estudio post-Maduro**

**Gabriel Sangali Hespanha de Freitas<sup>1</sup>**

**Julia Denadai<sup>2</sup>**

**Marcelo Fernando Quiroga Obregón<sup>3</sup>**

---

**Sumário:** Introdução. **1.** Contextualização histórica: principais aspectos que culminaram na atual crise venezuelana. **2.** Perspectivas de uma Venezuela sem Maduro. 2.1 Novas Eleições 2.2 Reconhecimento Interno de Juan Guaidó 2.3 Intervenção estrangeira 2.4 Anistia e exílio – Considerações finais. – Referências.

**Resumo:** A crise da Venezuela representa, atualmente, um dos maiores conflitos políticos e humanitários do mundo. Herança do governo Hugo Chávez, o governo de Nicolás Maduro tem enfrentado uma das maiores

---

(\*) Recibido: 23/09/2019 | Aceptado: 04/05/2020 | Publicación en línea: 01/07/2020.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

- <sup>1</sup> Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. [gabrielsangalihfreitas@gmail.com](mailto:gabrielsangalihfreitas@gmail.com)
- <sup>2</sup> Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. [juliadenadai\\_10@hotmail.com](mailto:juliadenadai_10@hotmail.com)
- <sup>3</sup> Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais na Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenador Acadêmico do curso de especialização em Direito Marítimo e Portuário da Faculdade de Direito de Vitória - FDV -, Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. [mfqobregon@yahoo.com.br](mailto:mfqobregon@yahoo.com.br)

crises de exportação do petróleo na história do país, altos índices inflacionários, a miséria da população e os embargos econômicos impostos pelos Estados Unidos da América. Neste momento, mais importante do que analisar os números decorrentes da crise, é delimitar os possíveis rumos da Venezuela ante a insustentável permanência de Maduro no poder. Muitos são os fatores que influenciam no futuro venezuelano: a pressão externa pelo alinhamento do país ao sistema econômico capitalista puro, o aparelhamento dos militares venezuelanos no governo, a existência dos grupos "Colectivos" dispostos a pegar em armas pela manutenção de Maduro no poder, a influência do narcotráfico no governo, etc. O objetivo deste estudo será, então, analisar as alternativas do futuro da Venezuela levando em consideração a existência destes fatores preponderantes. Para tanto, será necessária uma incursão na história da Venezuela, considerando, necessariamente, a longa passagem de Hugo Chávez no poder e a manutenção da linha de seu governo quando da entrada de Maduro na presidência. Após, serão delimitadas possíveis alternativas do futuro da Venezuela ante a presumida queda de Nicolás Maduro: novas eleições e a vitória de um candidato de centro-esquerda; o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente e uma intervenção estrangeira no país, tudo isso considerado no contexto da existência das mencionadas forças já consolidadas na Venezuela.

**Palavras-chave:** crise na Venezuela, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Juan Guaidó, perspectivas pós-Maduro.

**Abstract:** The crisis in Venezuela currently represents one of the greatest political and humanitarian conflicts in the world. Inheritance of the Hugo Chávez government, the government of Nicolás Maduro has faced one of the biggest oil export crises in the country's history, high inflation rates, the misery of the population and the economic embargoes imposed by the United States of America. At this time, more important than analyzing the numbers resulting from the crisis, is to delimit Venezuela's possible paths in the face of the unsustainable permanence of Maduro in power. There are many factors that influence the Venezuelan future: the external pressure for the country's alignment with the pure capitalist economic system, the equipment of the Venezuelan military in government, the existence of "Collective" groups willing to take up arms for keeping Maduro in power, the influence of drug trafficking in government, etc. The objective of this study will then be to analyze the alternatives for the future of Venezuela taking into account the existence of these preponderant factors. This will require an incursion into Venezuelan history, considering, necessarily, the long passage of Hugo Chávez in power and the maintenance of his government's line when Maduro entered the presidency. Then, possible alternatives for the future of Venezuela will be delimited before the presumed fall of Nicolás Maduro: new elections and the victory of a center-left candidate; the recognition of Juan Guaidó as president and a foreign intervention in the country, all of this considered in the context of the existence of the aforementioned forces already consolidated in Venezuela.

**Key words:** crisis in Venezuela, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Juan Guaidó, post-Maduro perspectives.

**Resumen:** La crisis de Venezuela representa actualmente uno de los mayores conflictos políticos y humanitarios del mundo. Herencia del

gobierno de Hugo Chávez, el gobierno de Nicolás Maduro se ha enfrentado a una de las mayores crisis de exportación de petróleo de la historia del país, a las altas tasas de inflación, a la miseria de la población y a los embargos económicos impuestos por los Estados Unidos de América. En este momento, más importante que analizar los números resultantes de la crisis, es delimitar los posibles caminos de Venezuela ante la insostenible permanencia de Maduro en el poder. Hay muchos factores que influyen en el futuro de Venezuela: la presión externa para el alineamiento del país con el sistema económico capitalista puro, el equipamiento de los militares venezolanos en el gobierno, la existencia de grupos "colectivos" dispuestos a tomar las armas para mantener a Maduro en el poder, la influencia del narcotráfico en el gobierno, etc. El objetivo de este estudio será entonces analizar las alternativas para el futuro de Venezuela teniendo en cuenta la existencia de estos factores preponderantes. Esto requerirá una incursión en la historia venezolana, considerando, necesariamente, el largo paso de Hugo Chávez en el poder y el mantenimiento de la línea de su gobierno cuando Maduro entró en la presidencia. Entonces, se delimitarán las posibles alternativas para el futuro de Venezuela ante la presunta caída de Nicolás Maduro: nuevas elecciones y el triunfo de un candidato de centro-izquierda; el reconocimiento de Juan Guaidó como presidente y una intervención extranjera en el país, todo ello considerado en el contexto de la existencia de las mencionadas fuerzas ya consolidadas en Venezuela.

**Palabras clave:** crisis en Venezuela, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Juan Guaidó, perspectivas post-Maduro.

---

## Introdução

A crise Venezuelana talvez seja, atualmente, a principal questão geopolítica da América Latina e uma das mais importantes no mundo. O tópico envolve problemas de qualidades distintas e de diferentes extensões. Nesse sentido, importa, mais do que saber o contexto de sua origem, delimitar os seus rumos a partir da aparente inevitável queda de um regime.

Assim, para a realização de tal interno é fundamental voltar ao passado mais longínquo do país. Somente a partir de uma compreensão histórica é possível conjecturar sobre o futuro. Isso não significa somente articular o passado e o presente cronologicamente como uma sucessão de eventos. Significa, em verdade, entendê-los como meio de revelar as estruturas de poder que organizam a sociedade Venezuelana e engendraram a crise objeto do presente estudo.

O que se pretende aqui, portanto, é evitar um esforço hermenêutico insuficiente acerca do futuro da Venezuela que se limita a concluir pela queda de Nicolás Maduro como a salvação imediata do país. Para que seja possível conjecturar sobre o futuro da Venezuela, interessa, primordialmente, a compreensão da relação de forças existentes do país que tem especialmente contribuído para a manutenção da crise e que extrapolam a figura de um homem.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivos: (a) analisar os aspectos históricos que deram origem à crise venezuelana, tangenciando não só a figura dos

presidentes no poder, mas também todas as estruturas de poder existentes na sociedade e governo Venezuelanos e (b) especular sobre os possíveis futuros e alternativas de governo Venezuelano a partir da queda de Nicolás Maduro.

## **1. Contextualização histórica: principais aspectos que culminaram na atual crise venezuelana**

A Venezuela ascendeu economicamente a partir do pós Segunda Guerra Mundial devido à exploração de suas jazidas de petróleo, já que possui a maior reserva do mundo. A partir disso, toda a economia do país passou a girar em torno da exploração deste recurso mineral.

A história mostra, entretanto, que os cenários políticos e econômicos da Venezuela sempre foram bastantes turbulentos e instáveis. Apesar do Pacto de Punto Fijo celebrado em 1958, que assegurou estabilidade política após a queda da ditadura militar que governava até então e que possibilitou a modernização do país a partir do petróleo, nunca a Venezuela tinha focado a sua política nas classes populares. Pelo contrário, a descoberta do Petróleo no começo do século XX significou, apesar do aumento do PIB em 2,5% para 40% entre 1920 e 1930, a bancarrota dos outros setores estratégicos da economia, como a agricultura (LAMBERT, 2017). Como consequência, o consumo de bens básicos ficou cada vez mais dependente da importação, o que elevou em muito os preços e tornou inviável o consumo para as classes menos abastadas.

No intervalo em que vigorou o Pacto de Punto Fijo, o modelo de conciliação de classe, que estava aliado à repressão contra movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos, ruiu após a instalação de pacotes de reformas neoliberais que atingiram em cheio a população e acarretou o Caracazo, em 1989 – um movimento espontâneo que tomou as ruas das principais cidades venezuelanas e feriu de morte a então organização política. (SALGADO, 2019). Assim, desde os anos 1989, quando o presidente em exercício era Carlos Andrés Pérez, já existiam as tensões nos campos sociais, políticos e econômicos, o que acabou culminando na atual crise.

Conflitos sociais marcantes começaram a ocorrer em meados dos anos 1990, ocasião em que surgiram muitos protestos, sobretudo na capital Caracas, alguns deles devido ao aumento do preço do combustível e das passagens.

Ainda no governo de Pérez, ocorreu uma ruptura no exército entre militares de esquerda e de direita por conta da violência contra manifestantes ordenada pelo governo, até que aqueles tentaram realizar, por duas vezes no mesmo ano de 1992, tentativas de golpe de estado sobre o presidente Pérez, sendo que entre eles havia um tenente coronel esquerdista chamado Hugo Chávez Frías, que chegou a ser preso durante os confrontos.

Entretanto, as duas tentativas de golpe falharam, devido à resistência dos apoiadores do governo, e, posteriormente, o então presidente veio a sofrer um impeachment, deixando o poder.

Na eleição seguinte, em 1998, Hugo Chávez foi eleito democraticamente pelo povo numa conjuntura de ascensão de governos de esquerda na América do Sul. Durante seu governo, fez modificações na Constituição do país, como a queda da estrutura Senado/Câmara para a instauração de uma Assembleia Nacional Única,

onde a maioria dos legisladores eram simpatizantes de Hugo, e a possibilidade de concorrência do presidente às eleições de forma ilimitada, sem limite de mandatos, demonstrando seu desejo de domínio totalitário sobre o território.

O governo de Chávez se legitimava a partir de duas ideias matrizes: bolivarianismo e o chavismo. O primeiro designa reverência à figura de Simón Bolívar, político e militar venezuelano que viveu no século XIX e lutou pela independência de seu país contra a colonização. Na prática, Chávez traduziu esse ideal em um governo pautado pelo discurso anti-americano, anti-imperialista e anti-livre-mercado, por conseguinte, de forte intervenção estatal, o que possuía grande apelo social, haja vista a desigualdade e a pobreza existentes antes de seu governo (CORAZZA; MESQUITA, 2019). A propósito, com base nesse ideal, Chávez se autoproclamou bolivariano, assim como mudou o nome do Estado para República Bolivariana da Venezuela em 1999.

Além do mais, o seu governo se sustentou no chavismo, que é o culto à personalidade do próprio Hugo Chávez. Nesse sentido, ele implementou um governo carismático e populista que se sustentava nos programas sociais financiados pelos petrodólares abundantes pós reativação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) (LAMBERT, 2017). Não se pode negar, com efeito, a redução da pobreza que seu governo alcançou, os melhores índices na América do Sul. Entre 2002 e 2010, a pobreza caiu de 48,6% para 27,8%, e 21,2% em 2012. Já a extrema pobreza caiu de 22,2% em 2002 para 6,5% em 2012. O coeficiente Gini, que mede o grau de concentração de renda, foi o mais baixo da América do Sul, atingindo a marca de 0,394. O desemprego caiu de 14,6%, em 1999, para 6,4%, em 2012, assim como as taxas de mortalidade infantil e desnutrição, enquanto o número de matrículas em todos os níveis de educação subiu de forma acentuada, assim como o acesso à aposentadoria (SANTOS, 2016, p.191-192)

Além das suas políticas populistas, Chávez era adorado por não ser uma figura política distante do povo. Na verdade, a própria aparência do presidente já representava uma ruptura com a elite, era alguém do povo que aparentava estar ali para ouvir o anseio dos mais humildes e defendê-los a partir de uma prometida distribuição de renda. O presidente, inclusive, utilizava um canal de televisão para falar diretamente com o povo, no qual recebia ligações, conversava com cidadãos, ouvia seus anseios e prometia as mais variadas soluções.

No entanto, embora tenha havido avanço social, ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, o governo de Chávez foi responsável pelo aparelhamento dos militares ao Estado. Ele nomeou vários generais como ministros e funcionários de alto escalão, substituindo até funcionários técnicos especializados, como por exemplo na petroleira PDVSA. Isso permitiu a instauração de um sistema corrupto nas forças armadas, pois em troca de fidelidade ao regime e benefícios político-econômicos, desvirtuaram-se do seu papel constitucional apolítico.

Depois, o seu governo não conseguiu superar uma dinâmica arcaica de dependência dos petrodólares e uma política cambial que deixava o país vulnerável. Por sinal, em 2003 foi criado o controle cambial e fixada a paridade entre a moeda nacional e o dólar, o que supervalorizou a moeda local e onerou a produção local, deixando o país dependente das importações (LAMBERT, 2017). Ainda por

cima, como resultado dessa política monetária nasceu um sistema de corrupção: a importação superfaturada.

O sistema consistia em fraudar as operações de importação. Basicamente, o indivíduo requisitava ao governo dólares para comprar produtos com preço superfaturado. Vários civis e funcionários do governo se aproveitaram do esquema, inclusive militares, formando o chamado “boliburgueses”. A operação é simples. Imaginemos um importador que dispõe de uma rede que lhe permite comprar garrafas de água a 10 centavos a peça. Ele consegue do Estado dólares para comprar 1 milhão de garrafas, das quais declara pagar 20 centavos a peça por meio de uma empresa que ele criou previamente fora do país. Resultado: o empresário dispõe de US\$ 100 mil que ele pode escoar no mercado negro local. [...] De forma que alguns importadores abandonam os produtos nos hangares, vendendo apenas a quantidade necessária para comprar novos dólares. Entre 2002 e 2012, o valor das importações quintuplicou, passando de cerca de US\$ 10 bilhões para US\$ 50 bilhões, um crescimento bem mais rápido que o de seu volume. (LAMBERT, 2017).

Outrossim, esse período se caracterizou por um aumento exorbitante da fuga de capitais, principalmente pelo setor da sociedade que se opunha a Chávez e não tinha acesso aos incentivos dos petrodólares para importar e desenvolver a indústria no país. “Segundo os cálculos da publicação trimestral Macromet, a fuga de capitais (aí incluído o superfaturamento das importações) teria atingido US\$ 170 bilhões entre 2004 e 2012, ou seja, praticamente 160% do PIB do ano de 2004” (LAMBERT, 2017).

Não só isso. A partir da crise de 2008 e a queda da cotação do petróleo, as importações começaram a ser inviáveis para a renda nacional, o que fez com que a Venezuela se endividasse cada vez mais: a estimativa do FMI é que a dívida chegue a 159 bilhões (CORAZZA; MESQUITA, 2019). Esse foi um roteiro inevitável que tinha como fim a escassez, inflação, corrupção e formas paralelas de comércio muito rentáveis (mercado negro), como veremos a seguir.

Vale ressaltar ainda que Chávez, conquanto se autodenomine bolivariano, continuou a negociar intensamente com o EUA, tanto para importar produtos como para, sobretudo, exportar petróleo. Enquanto os Estados Unidos passavam por um intenso processo de industrialização e necessitavam de fonte energética, a Venezuela, que possui o petróleo, precisava de produtos industrializados. Essa interdependência se tornou clara durante o governo Chávez, que mesmo com sérias rugas com o governo de George W. Bush, não interrompeu o comércio com os Estados Unidos. (SALGADO, 2019)

Mesmo que essa interrelação tenha enfraquecido com o tempo para dar lugar a novos parceiros como a China e Rússia, ela nunca desapareceu. Por isso, o EUA, indiretamente, se esforçou em desestabilizar o governo Venezuelano para resguardar a sua hegemonia na região.

A Venezuela se aproximou de países como a China e Rússia contraindo crédito que soma mais de US\$ 20 bilhões (RATHBONE; WIGGLESWORTH, 2019) e importando produtos, incluindo produtos bélicos russos (DELGADO; STIER et al, 2017), sobretudo em épocas em que os petrodólares estavam em baixa. Com efeito, de qualquer forma os seus credores, para garantir o adimplemento de suas

obrigações, sempre se interessaram pela política interna venezuelana, seja para manter o governo de Chávez seja para negociar com os seus opositores.

Aliás, a oposição ao governo Chávez alternou entre formas institucionais e extrainstitucionais de atuação, entre a democracia e o golpismo. Por sinal, as estratégias adotadas não foram eficazes, pelo contrário, como consequência a reação foi a destruição do sistema de pesos e contrapesos. O governo prendeu importantes líderes da oposição, aumentou a pressão sobre a oposição e os meios de comunicação independentes ou a ela ligados, legalizou o uso de força letal contra manifestantes e utilizou os Tribunais, controlados pelo poder executivo, para limitar a autoridade do Parlamento. (GAMBOA, 2016)

A democracia venezuelana sofreu um processo de deterioração, tendo Chávez grande responsabilidade nisso ao utilizar os aparelhos estatais para perpetuar-se no poder. Durante a sua presidência, introduziu várias reformas institucionais para aumentar os seus poderes e prolongar o seu tempo no poder. Em 1999, convocou uma Assembleia Constituinte. Com 95 por cento dos mandatos, os chavistas reduziram o tamanho do Parlamento e tornaram-no unicameral, prolongaram o mandato presidencial por um ano e permitiram uma reeleição imediata, e criaram uma comissão legislativa que dispensou juízes e agentes de fiscalização, nomeou substitutos e legislou por seis meses com controlo reduzido (GAMBOA, 2016).

Mas não foi só ele o responsável, também a oposição violou as regras democráticas ao utilizar-se de estratégias extrainstitucionais: sob a liderança de sindicatos, associações comerciais e outras organizações da sociedade civil, a oposição encetou um golpe de Estado em abril de 2002, uma greve por tempo indeterminado para obrigar Chávez a demitir-se (que durou entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003) e um boicote eleitoral para deslegitimar o Governo em dezembro de 2005 (GAMBOA, 2016). Tais estratégias, ao revés do que pretendia a oposição, acabou por legitimar e dar força ao próprio governo de Chávez.

Chávez sofreu um golpe de estado por parte de empresários, militares opositores e um grupo de políticos, mas isto não o impediu de exercer o seu poder, pois ele mantinha o apoio da população. Ele foi eleito por quatro vezes presidente da Venezuela, permanecendo 14 anos do poder, vindo a falecer em 2013, devido a complicações proveniente de um câncer.

O Chavismo ficou marcado por muitas contradições, de um lado existem aqueles que defendem veemente este governo, por conta das políticas sociais promovidas, da redução da pobreza e da distribuição de renda, de outro lado existem aqueles que condenam a era Chávez, haja vista que as medidas totalitárias por ele adotadas enfraqueceram a democracia Venezuelana.

Após a morte de Chávez, Nicolás Maduro, que era vice-presidente, assumiu a presidência provisoriamente, demonstrando que tinha grande interesse em permanecer nesta função. Entretanto, a oposição também cobiçava esse cargo, e, por conta disso, foi organizada uma nova eleição, em que Maduro venceu. Ele tentou dar continuidade ao governo Chávez, mas ao contrário de Chávez, Nicolás não tinha o Congresso ao seu lado, alguns integrantes faziam parte da oposição.

A economia da Venezuela sempre dependeu fortemente do Petróleo, chegando a representar 96% da renda do país. Com o tempo, os Estados Unidos da América

passaram a ser o maior produtor independente de petróleo do mundo, devido ao mercado de produção de óleo e gás pelo método "fracking" - o fraturamento hidráulico de rochas, e os árabes, que disputavam esse título, ficaram insatisfeitos com a concorrência e intensificaram a extração e produção de petróleo. Consequentemente, a oferta de petróleo passou a ser maior que a procura, logo o preço do barril caiu absurdamente, o que conjuntamente com a queda de produção interna levou, a partir de 2014, a Venezuela, que dependia quase que exclusivamente do petróleo, a entrar em falência (CORAZZA, MESQUITA, 2019).

Vale ressaltar que a queda da produtividade também se deve à falta de investimento na infraestrutura na PDVSA, pela má gestão e pela corrupção, haja vista os cargos de direção da empresa serem ocupados politicamente por militares ao invés de especialistas, herança do governo de Chávez. Para se ter uma ideia, desde agosto de 2017, a Justiça venezuelana processou 90 ex-funcionários da petroleira por corrupção (CORAZZA; MESQUITA, 2019).

Diante disso, o governo de Maduro passou a enfrentar uma forte recessão econômica, agravando a situação com os opositores. Como meio de contenção à oposição, o governo venezuelano passou a utilizar da força extrema para controlar a população e conter os protestos, sem, porém, qualquer alternativa que colocasse o país em outros rumos. Ao contrário, os seus esforços são no sentido de manter tudo como está, mesmo que a conjuntura atual, em que os petrodólares não existem mais, não seja favorável.

Conforme dito, a economia Venezuelana se estabeleceu em torno da exploração do petróleo e, consequentemente, não investiu em outras áreas. Assim, o governo depende da importação de produtos básicos, que diante de um quadro inflacionário e de sanções externas, tornam-se inacessíveis à população.

Dessa forma, o grande problema enfrentado no governo de Maduro, desde o ápice da crise econômica, é a falta de abastecimento de produtos básicos, como alimentos e remédios.

Os hospitais chegaram a ter cerca de 90% de falta de medicamentos e as cidades passaram a ter cortes diários de energia, chegando a ficar 4 horas seguidas sem luz. Em relação a comida, todos os supermercados se encontram, na maioria das vezes, sem alimentos, e as pessoas se veem obrigadas a chegar de madrugada e fazer filas gigantescas em frente aos supermercados à espera do abastecimento de alimentos, que, muitas vezes, além de inacessível em relação ao custo, não é o suficiente para suprir toda demanda populacional. "A fome fez os venezuelanos perderem, em média, 11 quilos no ano passado" (CORAZZA; MESQUITA, 2019).

A propósito, esse estado de escassez de produtos básicos conduz a um mercado paralelo, uma corrida por lucros pautados na miséria, em que intermediadores e contrabandistas se aproveitam da situação, inclusive com denúncias envolvendo militares desviando a distribuição de alimentos. Trata-se da atuação de oportunistas a partir da vigência da lógica da sobrevivência em que se encontra a Venezuela (RAMIREZ, 2016).

Vale ressaltar ainda outro fator essencial para a crise humanitária venezuelana: as sanções internacionais. Capitaneada pelos EUA, as sanções banem organismos e indivíduos relacionados com o chavismo de fazer transações



comerciais com empresas norte-americanas. O governo dos EUA também congelou ativos da PDVSA – a gigante estatal do petróleo venezuelano (ENTENDA, 2019).

Nesse cenário, a Venezuela tem encontrado dificuldades em escoar a sua produção de petróleo e importar produtos, pois outros países temem também sofrer represálias caso negociem. Este é um novo obstáculo às exportações do petróleo: a falta de navios dispostos a transportar a commodity produzida pelo regime do presidente Nicolás Maduro. Armadores evitam o transporte de petróleo da Venezuela por receio de serem sancionados e perderem a cobertura de seguro para seus navios, segundo pessoas com conhecimento da situação. (KASSAI, 2019).

A pressão americana para a queda de Maduro, por conta de seus interesses comerciais e sobretudo de olho nos recursos petrolíferos abundantes, deixa a população em situação de penúria, que além dos embargos econômicos, não exclui a possibilidade de intervenção militar. Soma-se a tais fatos a pressão estrangeira, principalmente dos Estados Unidos, que aumentaram as sanções contra a Venezuela, o que afasta investidores e pressiona instituições financeiras a não negociar com o país. Esse contexto, juntamente à mudança política que a América Latina enfrenta nos últimos anos, com a chegada da direita ao poder, tem consequências dramáticas em um país assolado pelo desabastecimento, hiperinflação e violência social. (SALGADO, 2019)

Por outro lado, o governo de Maduro se recusa a receber mantimentos americanos, mesmo que necessários, limitando-se a receber mantimentos da Rússia. Nesse contexto, os militares e apoiadores do regime Maduro atuam bloqueando as pontes fronteiriças para evitar a passagem da ajuda (ENTENDA, 2019). Trata-se de uma verdadeira instrumentalização da crise humanitária pelo jogo de poder internacional.

À vista disso, parcela da população, em oposição ao cenário caótico do país, se uniu a fim de garantir autonomia das instituições do Estado, bem como descentralizar o poder de Nicolás Maduro. A Mesa da União Democrática (MUD) foi criada formalmente em Caracas no ano de 2008 por intermédio do “Acordo de Unidade Nacional”. Ela é considerada a principal organização opositora do país, tendo em 2015 a maioria dos votos na Assembleia Nacional da Venezuela com obtenção de 112 dos 167 deputados.

Com o intuito de retirar Maduro do poder antes do término de seu mandato, os adeptos do MUD aclamavam pelas “Diretas já!” e, para isso, realizaram um abaixo assinado, recolhendo as assinaturas dos favoráveis à proposta. Tal ato é previsto pela constituição local, porém, Nicolás declarou que a lista era uma fraude, desse modo, deveria ser ignorada. Apesar de algumas pesquisas apontarem 98% de insatisfação com o governo, as tentativas foram falhas e geraram extrema repressão do Estado contra os protestantes. Desde então, a situação política se radicalizou: houve um aumento de ações violentas por parte da oposição. Os agentes do Estado reprimiram as manifestações, o que causou ainda mais violência, mergulhando o país numa espiral caótica de instabilidade social, política e econômica. (SALGADO, 2019)

As manifestações continuaram a tomar conta da capital do país (Caracas), culminando em uma atitude severa por parte de Maduro: a criação de uma nova Constituinte com novos representantes e a derrubada da procuradora geral, ação

considerada golpista, pois invalida o último congresso em uma tentativa de buscar apoiadores para a elaboração de outra Constituição nos moldes do atual momento.

Recentemente, em maio de 2018, Maduro foi reeleito para mais 6 anos de mandato com cerca de 68% dos votos. As eleições tiveram horário prolongado, denúncias de fraude e abstenção dos votos de mais de 50% dos cidadãos venezuelanos. Além disso, também houve uma tentativa de boicote da oposição que se recusou a participar do pleito por considerar uma fraude para prosseguimento de Nicolás no poder.

Diante das denúncias de fraude nas eleições, no início deste ano, o Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoproclamou-se presidente interino, tentando tirar Nicolás Maduro do poder. Por óbvio, Maduro não reconheceu tal atitude, alguns países, como China, Cuba e Rússia apoiaram Maduro, ao passo que outros países reconheceram Juan Guaidó como presidente interino, dentre eles destaca-se o Brasil e os Estados Unidos, agravando a tensão política no cenário interno e externo.

Internamente, apesar de uma tentativa frustrada de Guaidó em cooptar os militares, estes estão a favor de Maduro, afinal existe uma longa troca de favores espúrios entre o governo e as forças armadas, que remete aos tempos de Hugo Chávez e ao aparelhamento das forças armadas no governo chavista, como já explicitado. Mais decisivo que o reconhecimento externo parece ser a adesão dos militares. Enfim, a polarização interna chega às últimas consequências e a deterioração da democracia chega a ponto de beirar a guerra civil.

Não se pode esquecer ainda de duas forças paralelas que possuem influência na correlação de forças da crise venezuelana: forças paramilitares e o narcotráfico. Grupos paramilitares como Los Rastrojos e o Clan del Golfo dissidentes da Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) atuam no mercado negro e no tráfico de drogas na Colômbia e na Venezuela, inclusive com atuação política nesses dois países à margem da legalidade. Ao longo dos últimos anos, os paramilitares colombianos estiveram diretamente envolvidos em ações de violência política contra os governos da Revolução Bolivariana, do ex-presidente Hugo Chávez e do atual presidente Nicolás Maduro. Em 2013, um grupo de nove paramilitares do grupo Los Rastrojos foi preso em Caracas, acusados de participar de um plano para matar Nicolás Maduro. Os acusados afirmaram que cumpriram uma missão em Caracas. O ministro do Interior da Venezuela na época, Miguel Rodríguez Torres, disse à imprensa que tudo havia sido planejado na Colômbia. Mais dois casos foram a tentativa de golpe de Estado do último dia 30 de abril e as ações violentas que seriam executadas em junho desse ano. Os dois planos foram desmantelados pelo governo venezuelano e foram encontrados indícios de participação de paramilitares colombianos (RODRIGUES, 2019).

Até mesmo Guaidó foi denunciado por ter relações com esses grupos. A investigação foi motivada pela publicação de fotos e vídeos de Guaidó ao lado dos líderes do grupo paramilitar. As imagens foram inicialmente divulgadas por Wilfredo Cañizares, ativista e líder da Fundação Progreso no Norte de Santander, uma ONG colombiana de direitos humanos, e depois exibidas no programa do presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Diosdado Cabello, na emissora estatal de TV da Venezuela. (GUAIDÓ, 2019)

Além deles, o Cartel de los soles representa o poder do narcotráfico na Venezuela profunda, envolvendo funcionários do mais alto escalão do governo Venezuelano e militares; a rede atua principalmente no transporte de drogas da Colômbia para os EUA. Os seus membros incluem o ex-diretor da agência anti-droga do país, Nestor Reverol, que ainda está acusado pelos Estados Unidos num processo em curso por, alegadamente, receber dinheiro de narcotraficantes em troca de ajuda com o tráfico de cocaína destinada aos EUA, mais concretamente na passagem do produto através da Venezuela (BONELLO, 2019).

Lembre-se ainda da atuação dos Colectivos: grupos paramilitares formados por parcela da população civil venezuelana, fortemente armada. Legalizados por Hugo Chávez, o movimento popular assume posição fundamental nos “bairros”, localidades mais carentes do país, com objetivo de manter o ideal revolucionário socialista. Acreditam que as mazelas do país possuem como origem os embargos econômicos das grandes potências e não pelo regime adotado. De fato, são a última barreira revolucionária que promete assegurar Nicolás Maduro no poder, ou algum sucessor com seus ideais (OLMO, 2019).

Dessa forma, a crise venezuelana está próxima da guerra civil. O desequilíbrio na sociedade em geral é de tal proporção que um número considerável de venezuelanos está fugindo do país. Isso ficou perceptível principalmente para a Colômbia e para o Brasil, que em 2017 recebeu cerca de 51 mil venezuelanos. Grande parte dos migrantes se enquadra na categoria de refugiados por fugirem de perseguições políticas, entretanto, outros buscam melhores condições de vida, situações econômicas favoráveis e melhor atendimento hospitalar.

Conclui-se, enfim, que o governo de Maduro está em seu fim. A questão é de tempo para que seu insustentável governo seja substituído por um outro poder. A questão é analisar as possibilidades diante desse contexto que foi apresentado.

## **2. Perspectivas de uma Venezuela sem Maduro**

A partir da compreensão histórica e dos elementos chave que compõem a crise Venezuelana, serão agora analisadas as alternativas para um possível futuro da Venezuela em um momento pós-Maduro. Este exercício terá como objeto as seguintes situações: novas eleições, reconhecimento interno de Juan Guaidó, intervenção externa, a anistia e o exílio, narcotráfico e grupos paramilitares.

### **2.1 Novas eleições**

A queda de Nicolás Maduro representaria um duro golpe aos adeptos do chavismo, mas não afastaria seu clamor de grande parte da população venezuelana que acredita a crise do seu país não no fracasso de seus governantes, mas na política imperialista de outros, notadamente os Estados Unidos da América.

Ocorre que a pressão internacional crescerá ainda mais no país e não permitiria outra solução senão uma nova eleição para escolher o próximo presidente da Venezuela.

O exemplo da morte de Chávez pode ser verdadeiro espelho para o que estaria por vir em uma nova eleição (HERDEIRO, 2019). Ou seja, o povo venezuelano estaria frente a um candidato representante da continuação bolivariana do chavismo e

outro mais voltado para o “centro esquerda” disposto a dialogar com todas as classes sem romper (no discurso) com o rastro deixado por Chávez.

Aqui está o grande problema, talvez nem o discurso de mínima continuação venha agradar as potências econômicas que hoje embargam o país. Estaríamos, portanto, diante da grande novidade do novo processo de eleição: um candidato que irá possuir nas mangas uma grande arma, qual seja, o investimento do grande capital capaz de encerrar os embargos econômicos e potencializar a economia do país.

Na verdade, a conjuntura permite supor o nome de Juan Guaidó, que, inclusive, já se autodeclarou presidente da Venezuela, após não reconhecer o resultado das urnas na última eleição de Nicolás Maduro.

No exemplo de Chávez o discurso de mudança sem o abandono imediato das bases chavistas, Henrique Capriles, agradou e saiu derrotado nas urnas por margem mínima. Em um governo de pós morte de Maduro pode ser algo que se repita, mas não é o que achamos.

As últimas eleições na Venezuela foram objeto de impugnação internacional, notadamente quanto a sua legitimidade. Talvez seria a única forma da permanência do chavismo na conjuntura que irá se formar. A pressão externa iria agravar a crise e forçar o povo da Venezuela a exigir mudanças, a legitimidade das urnas seria objeto de atenção global com ampla divulgação da mídia.

Por outro lado, a própria oposição está desacreditada das vias institucionais, como as eleições, após sucessivas derrotas nas urnas e golpes. Por vezes, ela tem preferido a atuação extrainstitucional, até mesmo intervenção militar se for preciso. Vide, o próprio pronunciamento do Guaidó no sentido de convocar as forças militares à tomada de poder e não descartar a hipótese de intervenção externa (GUAIDÓ DIZ, 2019). Assim, a legitimidade das eleições parece estar deteriorada e mesmo sem a figura de Maduro há o receio de que as forças chavistas continuem a perpetuarem-se no poder.

Apesar de enfraquecido, o chavismo ainda vai causar impacto na eleição pós morte de Nicolás Maduro. Apesar de clamar por mudanças, o povo vai escolher o “novo Henrique Capriles”, ou até mesmo o próprio, um candidato que promete mudança lenta sem romper com o sistema vigente.

O novo eleito ficará em uma situação complexa, de um lado a pressão da necessidade de manutenção do tamanho do Estado para garantir a pacificação social, além da estrutura militar montada pelos governos anteriores, e do outro lado estará a manutenção dos embargos econômicos que impedirão o país de se recuperar economicamente como prometido. Afinal, qual seria a saída do novo governo para o peso dos militares chavistas comandando as estatais e o forte embate com os Coletivos?

Antes de tudo é preciso fazer um recorte, a análise que segue será apenas para a vitória de um governo de “centro esquerda”, uma vez que com a manutenção do chavismo implicará na continuidade da atual conjuntura, o que não acarretará nenhuma mudança significativa e agravaria a crise, e a eventual vitória da extrema direita acarretará no contexto que será abordado no próximo tópico (reconhecimento de Juan Guaidó).

Após o recorte, voltamos ao exercício de futurologia, com objetivo de abordar como o novo governo irá reagir aos Coletivos e aos generais que administram as empresas públicas.

O novo governo de “centro esquerda” não poderia romper de imediato do sistema já firmado no corpo social e abrir repentinamente o mercado, sob pena de causar enorme desconforto interno e externo. Não se esqueça que essa medida provavelmente encontraria resistência popular, dada a forte atuação dos Coletivos nos bairros. Esse grupo, mesmo que colocado na ilegalidade, e até por conta disso, estaria disposto, em última instância, até mesmo a pegar em armas para defender os ideais Bolivarianos, como já explicitado alhures.

O fato é que a saída de Nicolás Maduro apresenta uma ameaça aos Coletivos, uma vez que é o ideal chavista que permite a manutenção da legalidade desse grupo paramilitar. Tanto é assim que os Coletivos inclusive já chegaram a adentrar em conflitos na fronteira, impedindo a entrada de mantimentos enviados pelos EUA, o que consideram ameaça imperialista norte americana.

Não é interesse do novo governo provocar uma guerra civil, motivo pelo qual seria obrigado a manter as empresas públicas, com exceção ao monopólio do petróleo, resolvendo a questão dos generais de forma gradual. Entretanto, nada resolve a questão dos Coletivos.

Nesse último caso, o novo governo será obrigado a optar pela anistia e ou exílio, conforme ainda será abordado, de forma a convencer os Coletivos que os ideais bolivarianos ainda estarão presentes na estrutura do Estado, mesmo com a abertura econômica gradual. Evidente que grupos mais extremistas, que serão colocados na ilegalidade, ainda representarão resistência no início do novo governo, mas o suporte internacional dará azo às ações mais agressivas do governo, que com a gradativa melhora da economia restabelecerá o apoio popular, retirando a credibilidade e força dos Coletivos.

Na verdade, o novo governo de “centro esquerda” representará os interesses imperialistas americanos, mas de forma mais lenta, o que muitos defendem ser o verdadeiro interesse dos Estados Unidos. Nesse contexto, Juan Guaidó seria um projeto de mártir para futura invasão. Justamente por isso as nações que apoiam a Venezuela, como a Rússia e a China, não apoiam um governo de transição. As repercussões dessas pressões externas ainda serão abordadas neste trabalho.

O fato é que não dá para descartar a influência social dos Coletivos e a importância dos generais bolivarianos no exército venezuelano. Nesse contexto, não se descarta uma revolução popular bancada por aqueles que perderam seus privilégios e apoiados por nações como a Rússia e a China. Assim, a revolução seria fortemente combatida com ajuda internacional, notadamente os Estados Unidos, e consequentemente seria instaurada uma guerra civil no país.

## **2.2 Reconhecimento interno de Juan Guaidó**

A queda de Nicolás Maduro não seria grande problema, muito pelo contrário, para aqueles que reconhecem a legitimidade do governo de Juan Guaidó, significaria a possibilidade de estabelecer um novo governo sem a influência chavista e, ao mesmo tempo, retiraria os embargos americanos sobre o país.

A autoproclamação de Guaidó para presidente da Venezuela surge com um fato histórico inusitado, qual seja, o novo governo dá uma espécie de golpe que se julga legítimo em virtude de suposta fraude nas urnas, mas não conta com o apoio das forças armadas, o que impede a sua afirmação no poder, ainda mais em um país militarizado como a Venezuela.

Na verdade, o reconhecimento de Guaidó não é uma saída vista como novidade, uma vez que representa a saída mais simples para os problemas imediatos do povo venezuelano, no que tange a economia. Sua ascensão ao poder refletiria na abertura do mercado e na injeção instantânea de capital estrangeiro, o que tiraria o país da situação alarmante de pobreza e geraria empregos.

No entanto, os setores populares, por mais castigados que estejam pela convulsão social e econômica, ainda trazem consigo reminiscências do ideal bolivariano. A memória do período de avanços sociais sob a égide do discurso anti-neoliberal e anti-imperialista continua viva, o que é sintetizado pelos Coletivos. Com efeito, Guaidó propõe a retomada da política neoliberal com a implementação do livre-comércio e a reabertura da exploração do petróleo para o mercado estrangeiro. Nesse sentido, há um entrave de legitimidade interna com os setores populares ligados ao chavismo, o que pode resultar em dificuldades para a estabilidade de um eventual governo liderado por Guaidó.

O grande problema a ser enfrentado pelo novo presidente será a ruptura com o sistema militar implantado pelos governos anteriores e a diminuição da participação do Estado sem causar uma grande revolta social. Nesse sentido, como Guaidó resolveria os problemas dos muitos generais que administram empresas públicas? E com os Coletivos?

Diferente do governo de “centro esquerda” tratado no tópico anterior, o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente da Venezuela representaria uma ruptura muito mais grave e imediata. No atual cenário político-econômico da Venezuela, é praticamente impossível pensar na posse do autoproclamado presidente sem uma guerra civil. Explica-se:

Tudo indica que as primeiras ações do novo presidente será uma ruptura imediata com o sistema de Estado, abrindo o mercado para o capital estrangeiro. Nesse cenário, os generais que comandam as empresas públicas seriam realocados contra a sua vontade ou até mesmo expulsos do exército. Já os Coletivos veriam seus ideais serem ignorados e seriam colocados na ilegalidade, sendo a maioria presos.

Ocorre que nenhum dos dois grupos desejam entregar o poder de forma pacífica, lembrando que Juan Guaidó não possui apoio de grande parte do exército e do povo venezuelano, a saída mais óbvia seria, então, as armas.

O que aparenta é que um governo de ruptura não tem condão para ter apoio popular e militar suficiente para evitar uma revolução armada na Venezuela, independente do seu principal ator (exército, Coletivos, narcotráfico, dentre outros atores sociais). Na verdade, o que pesaria a favor do novo governo é a grande e imediata injeção de capital estrangeiro na economia venezuelana.

Apesar disso, a entrada de capital não será suficiente para acalmar as revoluções sociais. Isso porque importantes setores das forças armadas e os

Coletivos acreditam que o culpado para a crise na Venezuela é justamente a atuação imperialista norte americana, e a recuperação rápida da economia vai confirmar a sua teoria.

Nesse contexto, duas seriam as saídas revolucionárias: uma guerra civil pela atuação dos Coletivos; ou uma intervenção militar encabeçada pelos generais que perderam seus privilégios.

Importante destacar que uma ditadura militar de esquerda seria um “ponto fora da curva” na América Latina, que está acostumada com ditaduras de direita apoiadas pelos Estados Unidos da América. Na Venezuela o contexto político é outro, o exército assumiria o poder para manter o bolivarianismo oriundo dos ideais de Hugo Chávez. Na verdade, são militares que não estão dispostos a abrir mão dos seus privilégios com o controle das grandes empresas públicas e estatais, em especial a PDVSA, sustentar o sistema corrupto e, ainda, garantir o modelo favorável ao narcotráfico que está impregnado no exército do país.

Por fim, apesar de ser uma ditadura militar com ideais distintos do que estamos acostumados na América Latina, a atuação extralegal seria a mesma. A repressão seria gritante e a violação aos direitos humanos seria constante, logo não teria outra saída, a comunidade internacional, a não ser invadir o país e restabelecer a democracia, o que pode também deflagrar revoltas populares e uma guerra civil.

### **2.3 Intervenção estrangeira**

Uma intervenção estrangeira tem sido ventilada há muito tempo na Venezuela. Com o agravamento da crise e a guinada imperialista do governo americano com a eleição de Trump a possibilidade de uma intervenção direta passou a ser assunto recorrente. Além das sanções impostas ao governo venezuelano e as formas não convencionais de desestabilização interna, inclusive com o apoio do Grupo de Lima, o EUA passou a especular uma intervenção militar.

O alinhamento se revelou ideal para Washington, que lançou então sua operação contra a Venezuela. Em agosto de 2017, os representantes de uma dezena de países latino-americanos governados pela direita se reuniram no Peru, onde assinaram a Declaração de Lima, que denunciava uma “ruptura da ordem democrática” e violações de direitos humanos na Venezuela. Engajado em isolar o governo Maduro, o “Grupo de Lima” se reuniu diversas vezes na sequência com uma ordem do dia: a Venezuela. (MAIN, 2019)

Essa hipótese foi defendida até mesmo pelo próprio Guaidó, sob a justificativa de que não haveria condições de uma transição democrática. Isso revela um ressentimento com as tentativas frustradas de tomar o poder pela oposição, seja pelas vias institucionais ou extra institucionais. Essa deterioração democrática culmina no desejo de uma mudança disruptiva capaz de estabelecer uma nova ordem.

A propósito, a oposição não consegue fazer frente ao poder militar estabelecido, aquele que garante a conservação do chavismo. Uma vez aparelhado à máquina estatal os militares detêm o poder de utilizá-la a seu favor. A alternativa então seria essa intervenção direta para enfim desaparelhar as forças militares do

governo e dos setores estratégicos da economia e assim estabelecer uma política de livre-mercado.

Ademais, essa seria uma solução para reprimir eventuais protestos contra as políticas neoliberais. A partir de um poder militar estrangeiro forte os Coletivos seriam desarticulados (ou não, mas de qualquer forma uma guerra seria inevitável). Vale ressaltar, contudo, que essa transição só seria virtuosa para um novo governo se fosse transitória: até que seja restabelecida as instituições democráticas de freios e contra pesos e independência funcional entre os poderes.

A questão é que uma eventual intervenção direta dos americanos não ocorreria sem resistência internacional. O seu propósito pacificador pode facilmente desencadear numa espiral de violência e agravamento da crise na Venezuela a partir do momento em que nações como Rússia e China têm grande interesse em que os créditos adquiridos pelos governos chavistas sejam quitados. Além do mais, esses países não abririam mão da influência sobre recursos naturais abundantes da Venezuela, o petróleo, assim tão facilmente.

No âmbito internacional a grande questão está exatamente no petróleo. O controle desse recurso natural é a fonte de sanções e de suporte financeiro ou até de eventual intervenção militar. Mais do que a democracia as nações almejam o poder de explorar e se beneficiar da maior reserva de petróleo do mundo.

Desse modo, as consequências de uma intervenção direta podem ser nefastas. Esse receio foi reconhecido pelo próprio Trump ao mudar o seu discurso recentemente e priorizar negociações diplomáticas ao invés de uma intervenção militar (TRUMP, 2019). Prova disso foi a demissão do conselheiro de Segurança Nacional americano, John Bolton, que segundo o presidente Trump exagerava na questão da Venezuela. O presidente Donald Trump confirmou que as posições do falcão conservador John Bolton —um veterano de Washington com passagem pelo Governo de George W. Bush— causaram sua demissão como assessor de Segurança Nacional da Casa Branca. Um dos grandes focos de desentendimento entre os dois foi a Venezuela, assunto no qual Bolton se tornou uma das vozes mais combativas. “Eu estava em desacordo com sua atitude em relação à Venezuela, acho que passava dos limites. E ficou demonstrado que eu tinha razão”, disse o presidente em declarações à imprensa. (MARS, 2019)

Um adendo: nessas negociações as tratativas foram diretamente com o governo, sendo Guaidó escanteado, o que demonstra até a sua duvidosa legitimidade internacional.

Enfim, como é possível assegurar que uma intervenção americana pacifique a sociedade Venezuelana num contexto de disputa internacional pelo poder, em que grandes nações como Rússia e China têm grande interesse em preservar a sua rede de influência? Ao mesmo tempo, como garantir que uma eventual transição negociada implemente uma transformação na sociedade venezuelana para superar os seus vícios históricos? A negociação com o governo não significará uma manutenção das relações espúrias entre os militares e do chavismo, permanecendo a polarização e a insatisfação que corroem a democracia venezuelana?

Essas questões são verdadeiras aporias. Como já ressaltado, o cenário mais provável para a queda de Maduro é a perpetuação da crise e uma guerra civil. Mesmo



uma transição negociada aparentemente não alteraria o sistema de domínio do governo pelos militares e com isso a polarização seria reproduzida.

## 2.4 Anistia e exílio

Em todas as alternativas de desfecho para a queda do governo Maduro a reconciliação com o passado é essencial para a reconstrução de instituições democráticas sólidas. Nesse sentido, tanto a anistia quanto o exílio são modos de apaziguar as forças antagônicas venezuelanas.

No que tange a anistia, seria um modo que permitiria a convivência da oposição com o governo chavista. A propósito, a incapacidade de reconhecimento da diferença como apregoa a polarização deve ser superada para estabelecer uma democracia.

Contudo, ressalvas devem ser feitas. Primeiro, uma anistia ampla e geral não implica em simplesmente esquecer tudo o que foi passado e ignorar os crimes humanitários cometidos tanto pela posição quanto pela oposição. Com efeito, aquilo que é reprimido sempre volta, sendo essencial para a cicatrização das feridas sociais venezuelanas a investigação e responsabilização pelos abusos humanitários cometidos. Depois, para a responsabilização desses abusos dever-se-iam as autoridades submeterem-se a tribunais independentes como a Corte Penal Internacional ou Tribunal Penal Internacional (TPI), sendo questionável em qualquer situação futura um tribunal venezuelano independente.

Observa-se que não podemos ignorar como se dá a relações de forças na política, pois a história é contada pelo vencedor. Por conseguinte, dificilmente aquele que vencer a crise e se estabelecer no poder será responsabilizado; provavelmente irá dar continuidade ao círculo da violência, perseguindo os seus opositores cruelmente. Nesse sentido, uma alternativa até mais realista seria exatamente o exílio.

Essa última possibilidade é uma das cartas postas à mesa de negociação para uma transição negociada de poder na Venezuela. Maduro e seu governo assim como líderes chavistas planejam se exilar caso não se estabeleçam no poder, exatamente por medo de serem alvo da vingança de seus opositores. Afinal, durante os governos chavistas a oposição foi perseguida, encarcerada, assassinada e, por conseguinte, está sedenta por revanche.

O problema seja da anistia ou do exílio consiste na conservação dos idealizadores que outrora dominavam no seio da sociedade venezuelana. Ora, não se extirpa ideias de uma hora para outra, ainda menos quando se preservam os personagens que as sintetizam. A capacidade de conspirar pelo poder e reproduzir a polarização que ensejou a crise pode muito bem continuar na ordem do dia, mesmo que juridicamente a situação tenha sido aparentemente redimida.

Portanto, as feridas sociais herdadas pela crise venezuelana demorarão a ser cicatrizadas, se é que serão. Mais do que proteção jurídica, é necessário transformação cultural e política para refundar uma sociedade democrática capaz de conviver com as diferenças, que separe o público do privado e fortaleça as instituições.

## 2.5 O grande problema venezuelano: Cartel de Los Soles, Los Rastrojos e o Clan Del Golfo

Até agora tratamos de alternativas que focaram nas forças institucionais, legalizadas. Porém, não se pode olvidar do poder extrainstitucional do narcotráfico para a determinação do futuro da Venezuela sem Maduro. Há quem defenda que o narcotráfico e os paramilitares são o verdadeiro governo venezuelano.

De um lado temos o Cartel de los soles que, como já tratamos alhures, é composto principalmente por figuras do alto governo chavista e militares, controlando o tráfico de drogas da Colômbia para os EUA. Além disso, se beneficia do mercado negro que estabeleceu a partir da escassez de produtos básicos e com o contrabando. Essa organização quer manter o status quo que permitiu se apropriar do Estado para a prática de suas atividades e fará de tudo para a permanência do chavismo.

Por outro lado, os grupos dos Los Rastrojos e o Clan del Golfo são paramilitares colombianos que também vivem do narcotráfico além do contrabando (denúncias de que contrabandeia combustível venezuelano[32]) e do mercado negro. Contudo, eles não estão aparelhados no governo Venezuelano. Pelo contrário, há denúncias de que esse grupo atuou no sentido de desestabilizar o governo chavista ao planejar e praticar uma série de atentados, haja vista serem as suas atividades reprimidas. Inclusive, Maduro em seu governo se comprometeu a combatê-los e denunciou que Guaidó era aliado desses grupos, como já supracitado.

Nota-se que por detrás da aparente batalha pelo poder institucional há uma luta pela consolidação de uma rede de atividades criminosas que estão rivalizando uma reserva de mercado. A depender da força que se estabelecer uma forma de organização criminosa se estabelecerá. Por conseguinte, é possível concluir que o problema da Venezuela é mais fundo e ultrapassa as suas fronteiras, e qualquer conjectura após a queda de Maduro manterá essa guerra entre facções criminosas.

Nesse aspecto, o povo Venezuelano será vítima de uma forma ou de outra e o Estado será sequestrado inexoravelmente. Dentre as alternativas já estudadas nem mesmo a estratégia disruptiva da intervenção militar seria suficiente para mudar o estado da arte. A questão do tráfico de drogas internacional e o sequestro das instituições na América Latina é um problema sistêmico que perpassa questões sociais, econômicas e políticas, que ultrapassa e perpassa a Venezuela.

### Considerações finais

O presente estudo tratou da crise Venezuelana a partir de uma compreensão histórica de sua formação e pretendeu conjecturar sobre as possíveis alternativas para o futuro Venezuelano a partir da queda do governo de Maduro, que está em processo de decadência.

No primeiro capítulo identificamos os principais aspectos históricos da crise da Venezuela desde o surgimento de Hugo Chávez no poder, o nascimento do bolivarianismo e do chavismo com as contradições que lhe era inerente, a sua queda e a crise que atingiu o ápice com Maduro. A partir da análise foram identificados elementos chaves que engendraram a crise: a dependência dos petrodólares e da importação para o abastecimento interno, a polarização política e o déficit

democrático, bem como a pressão externa pelo controle dos recursos naturais, o aparelhamento do estado pelas forças armadas, a corrupção, o mercado negro, o narcotráfico e as organizações paramilitares, dentre outros.

No segundo capítulo fizemos um esforço para conjecturar possíveis cenários a partir da queda do governo de Maduro com os aspectos positivos e negativos de cada alternativa. Abordamos a possibilidade de uma eventual nova eleição, uma consolidação do Guaidó no governo, uma intervenção externa, uma anistia ou exílio para os atuais governantes e até mesmo os interesses do narcotráfico no jogo de poder.

Enfim, a crise da Venezuela aparentemente não tem uma solução fácil, se é que possui um desfecho. Como constatamos, o tecido social está deteriorado e as relações sociais beiram uma guerra civil. Enquanto isso a população vive em situação de crise humanitária, refém de interesses políticos escusos.

## Referências

- BONELLO, Deborah. **O governo da Venezuela é tão corrupto que, basicamente, tem o seu próprio Cartel**. Trad. Madalena Maltez. Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/yw8e4y/o-governo-da-venezuela-e-tao-corrupto-que-basicamente-tem-o-seu-proprio-cartel>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. **Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>> Acesso em: 16 set. 2019.
- DELGADO, Fernanda; STIER, Klaus; FEBRARO, Júlia; MARQUES, João Victor. Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. **FDV ENERGIA - CADERNO OPNIÃO**. Dez. 2017. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio\\_Dezembro-Venezuela\\_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 set. 2019.
- ENTENDA como a ajuda humanitária oferecida à Venezuela ficou no centro da disputa política no país. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/21/entenda-como-a-ajuda-humanitaria-oferecida-a-venezuela-ficou-no-centro-da-disputa-politica-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- GAMBOA, Laura. Venezuela: Aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia?. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 52, p. 55-66, dez. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992016000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000400005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 16 set. 2019.
- GUAIIDÓ será investigado por vínculo com paramilitares da Colômbia. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/guaido-sera-investigado-por-vinculo-com-paramilitares-da-colombia-13092019>>. Acesso em: 16 set. 2019.

- GUAIDÓ DIZ aceitar intervenção militar dos EUA. Disponível em:  
<<https://exame.abril.com.br/mundo/guaido-diz-aceitar-intervencao-militar-dos-eua/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- HERDEIRO de Chávez, Maduro é eleito na Venezuela; rival não reconhece.  
Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/herdeiro-politico-de-chavez-maduro-e-eleito-presidente-da-venezuela.html>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- KASSAI, Lucia. **Venezuela enfrenta falta de navios para transportar petróleo.**  
Disponível em:  
<<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/09/14/venezuela-enfrenta-falta-de-navios-para-transportar-petroleo.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- LAMBERT, Renaud. Venezuela, as razões do caos. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil.** ed. 113. 18 jan. 2017. Disponível em:  
<<https://diplomatie.org.br/venezuela-as-razoes-do-caos/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MAIN, Alexandre. A geopolítica da crise venezuelana. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil.** ed. 144. 2 jul. 2019. Disponível em:  
<<https://diplomatie.org.br/a-geopolitica-da-crise-venezuelana/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MARS, Amanda. **Após demissão, Trump afirma que Bolton “passava dos limites” sobre Venezuela.** Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/11/internacional/1568223622\\_700924.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/11/internacional/1568223622_700924.html)>. Acesso em: 16 set. 2019.
- OLMO, Guilherme D. **Crise na Venezuela: quem são 'os coletivos', grupos dispostos a pegar em armas para defender Maduro.** Disponível em:  
<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47128159>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- RAMIREZ, Loïc. Na Venezuela, chavistas tentam salvar a revolução. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil.** ed. 108. 2 jul. 2016. Disponível em:  
<<https://diplomatie.org.br/na-venezuela-chavistas-tentam-salvar-a-revolucao/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- RATHBONE, John Paul; WIGGLESWORTH, Robin. **EUA, Rússia e China fazem suas apostas na crise da Venezuela.** Disponível em:  
<<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/11/23/eua-russia-e-china-fazem-suas-apostas-na-crise-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- RODRIGUES, Fania. **Venezuela faz operações para combater ações de paramilitares colombianos na fronteira.** Disponível em:  
<<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/13/venezuela-faz-operacoes-para-combater-acoes-de-paramilitares-colombianos-na-fronteira/>>. Acesso em: 16 set. 2019..
- SALGADO, Tiago. Venezuela na encruzilhada. **Acervo online Le Monde Diplomatique Brasil.** 30 jan. 2019. Disponível em:  
<<https://diplomatie.org.br/venezuela-na-encruzilhada/>>. Acesso em: 16

set. 2019. GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Org.) **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

SANTOS, Fabio Luís Barbosa; BARBOSA, L. **Além do PT: A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana**. São Paulo: Elefante, 2016.

TRUMP diz que EUA dialogam com 'várias' autoridades venezuelanas. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/08/20/trump-diz-que-eua-dialogam-com-varias-autoridades-venezuelanas.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2019.